

GÊNERO, RAÇA, CLASSE: OPRESSÕES CRUZADAS E CONVERGÊNCIAS NA REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

FLÁVIA BIROLI¹

LUIS FELIPE MIGUEL²

RESUMO

O artigo analisa o percurso dos estudos sobre as convergências entre gênero, classe e raça no debate teórico das últimas décadas, com destaque para o feminismo. Procura apresentar um campo hoje vasto de pesquisas que não é homogêneo, mas tem em comum o entendimento de que as opressões são múltiplas e complexas e não é possível compreender as desigualdades quando se analisa uma variável isoladamente. O peso relativo de cada uma das variáveis, seu sentido e a compreensão de como operam conjuntamente varia nas três frentes discutidas no artigo, que são as teorias feministas marxistas ou socialistas, o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades.

Palavras-chave: Gênero. Classe. Raça. Interseccionalidade. Desigualdades.

¹ Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Brasil, onde integra o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). flaviabirol@gmail.com

² Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Brasil, onde integra o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). luisfelpemiguel@gmail.com

GENDER, RACE, AND CLASS: INTERSECTING OPPRESSIONS AND CONVERGENCES REPRODUCING INEQUALITIES

ABSTRACT

The article analyses approaches to the convergences between gender, class and race within theoretical debates in the last decades, focusing especially on feminism. It aims to present a broad and non-homogeneous field of researches, that has as a common ground the understanding that oppressions are multiple and complex and it is not possible to understand social inequalities when one variable is taken separately. The relative prominence of each axe, its meaning and the comprehension of the way they operate together vary in the three different sets of approaches discussed in the article: marxist or socialist feminism, black feminism, and the studies of intersectionalities.

Key-words: Gender. Class. Race. Intersectionality. Inequalities

O debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe tem como ponto de partida o questionamento da possibilidade de compreender as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas levando em conta apenas uma dessas variáveis, de forma isolada^{3*}. Põe em xeque, assim, modelos tanto do marxismo tradicional quanto de algumas vertentes do feminismo da chamada “segunda onda”, que julgavam que um determinado eixo de opressão era a raiz de todos os outros. E, mais ainda do que isso, identifica não uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos.

^{3*} Este artigo é parte do projeto de pesquisa “Convergências na reprodução das desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira contemporânea”, apoiado pela FAP-DF com recursos do Edital nº 3/2015. Ele se beneficiou das discussões ocorridas na mesa-redonda “Gênero, raça e classe: convergências na reprodução das desigualdades”, durante o 39º Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu (MG), em 27 de outubro de 2015.

Outras determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade. Como mencionado mais adiante, são considerados em parte das abordagens que lançam mão da noção de interseccionalidade, incorporando esse esforço, inicialmente centrado em gênero, classe e raça, de análise de formas múltiplas de opressão. Neste artigo, focamos no percurso da análise conjunta sobre gênero, classe e raça no debate teórico das últimas décadas. Não suspendemos a importância de outras variáveis, mas entendemos que as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas. Entendemos, também, que qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os três eixos.

A dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades. Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo

hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos.

Neste texto, exploramos o debate sobre as convergências entre gênero, classe e raça que vem sendo travado no feminismo nas últimas décadas. Embora a compreensão do efeito combinado de diferentes formas de opressão tenha emergido em muitas pensadoras e pensadores ao longo do século XX – e mesmo antes, se lembramos de pioneiras como Flora Tristan e Sojourner Truth –, é a partir dos anos 1960 que a questão se estabelece de forma incontornável para o pensamento progressista. O movimento contestatório que eclodiu com força naquela década, em diferentes partes do mundo, possuía muitas frentes simultâneas: a juventude, a classe trabalhadora, as mulheres, a população negra, a militância anticolonial. Seria praticamente inevitável que pessoas cuja identidade se definia na relação com mais de um desses grupos questionassem sua própria posição e pusessem em xeque as hierarquias internas a cada um deles. Os debates que se estabeleceram a partir de então nos movimentos permitiram, sobretudo dos anos 1970 em diante, o salto na reflexão teórica que nos levou à riqueza (e à complexidade) da compreensão atual sobre os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade.

A discussão aqui apresentada destaca três frentes – que não podem ser simplesmente tomadas como momentos sucessivos – desse debate. A primeira delas foi produzida pelo feminismo marxista e socialista, a segunda pelo feminismo negro, enquanto a terceira tem como nó organizador a noção de interseccionalidade. Em todas elas, a análise conjunta de gênero, raça e classe se apresenta, mas varia o peso relativo de cada uma e as clivagens que estabelecem conjuntamente são interpretadas de modo distinto. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero-

classe (embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema). No feminismo negro, as categorias gênero, classe e raça foram exploradas conjuntamente, mas nem sempre de forma a produzir um referencial focado na explicação dos seus entrelaçamentos. Posteriormente, a noção de interseccionalidade, mobilizada em um conjunto amplo e heterogêneo de estudos, permitiria avançar teórica e metodologicamente na abordagem desses entrelaçamentos, mas os estudos que dela lançaram mão frequentemente reduziram o peso da classe e deixaram de recorrer a ela “como categoria analítica para a explicação de desigualdades sociais complexas” (COLLINS, 2015, p. 13).

I.

Entre as feministas socialistas e marxistas, abordagens importantes construídas a partir dos anos 1970 apresentam um esforço para mostrar que a crítica ao capitalismo e o recurso à noção de classe não poderiam apagar as especificidades da posição de mulheres e homens na sociedade capitalista. O “esquecimento” da efetividade social da diferenciação de gênero levava, na prática e a despeito da afirmação verbal da igualdade entre os sexos pela maior parte dos marxistas e socialistas clássicos, à naturalização da exploração das mulheres. Este esforço produziu análises importantes das relações entre capitalismo e dominação de gênero (ou patriarcado, como preferiram muitas autoras)⁴. São abordagens que expõem a inclusão desigual das mulheres nas relações de trabalho no capitalismo, jogando luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa.

⁴ A utilização do conceito de “patriarcado” para caracterizar a dominação masculina mesmo nas sociedades contemporâneas é polêmica (cf. MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 18-19). Vamos utilizá-lo aqui na medida em que integre o vocabulário das autoras com as quais estamos trabalhando.

Os estudos empíricos e reflexões teóricas alimentados por essas abordagens redimensionam o peso tanto do trabalho doméstico no capitalismo quanto da presença feminina na mão de obra remunerada. Algumas análises, como a de Christine Delphy (2013), propõem expressamente que o grupo “mulheres” seja entendido como uma classe, em oposição aos homens, uma vez que eles se beneficiam sistematicamente da exploração do trabalho das primeiras. Há, assim, a busca de uma homologia rigorosa, quase ponto a ponto, entre a relação homem-mulher e a relação patrão-trabalhador, em que a extração de sobretrabalho feminino por parte dos homens é um elemento crucial. Outras não chegam a conclusão tão provocativa, mas ainda assim destacam a centralidade da divisão sexual do trabalho na descrição das formas de hierarquização das sociedades contemporâneas.

O compromisso com o materialismo histórico se manifesta, assim, na intenção de ancorar a dominação masculina também no espaço da materialidade, tal como a dominação burguesa, mesmo quando a sexualidade é incorporada de maneira mais central à análise. Modelos como o de Juliet Mitchell (1974), que estabelecem as relações de classe no espaço da produção e as relações entre mulheres e homens no espaço da “ideologia”, fogem a tais limites. A ambição das feministas marxistas da segunda metade do século XX é demonstrar como a divisão do trabalho está na raiz da opressão sofrida pelas mulheres (ainda que eventualmente possa ser incorporada ao quadro a transferência de “trabalho sexual” das mulheres para os homens).

Dessas reflexões, decorrem duas problematizações importantes: uma delas é que, como definiu Elizabeth Souza-Lobo (1991) no enunciado que dá nome ao livro de sua autoria, “a classe operária tem dois sexos” e uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres. Outra problematização expõe as hierarquias entre as mulheres, mostrando que os privilégios de classe as posicionam

diferentemente. É essa aproximação do problema que Heleieth Saffioti (2013, p. 133) expressou ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada.”

Portanto, o debate feminista no seio do marxismo parte da recusa à percepção de que a desigualdade de classe de alguma maneira subsume todas as outras. De fato, mesmo nos textos canônicos, como em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (1985), tal conclusão é difícil de ser sustentada como corolário da argumentação apresentada, sendo antes um pressuposto *a priori*. Mais do que à pretensa capacidade explicativa da dominação de classe, a negligência à desigualdade de gênero nas correntes mais ortodoxas do marxismo parece remeter ou à ideia de que assimetrias presentes na esfera doméstica são desimportantes (assumindo assim a distinção público/privado própria do liberalismo) ou a um receio de poluir a imagem do proletário, que encarnaria de maneira bem mais ambígua a promessa de emancipação de toda a humanidade, caso fosse entendido como beneficiário de uma outra forma de opressão.

Essa parece ser a posição de uma autora – sob tantos aspectos pioneira – como Alexandra Kollontai. Escrevendo nas primeiras décadas do século XX, ela demonstra de maneira eloquente como a condição feminina incorpora formas específicas de opressão, mas tende a vinculá-las muito mais às relações de trabalho e à dominação de classe do que aos arranjos domésticos e às relações entre mulheres e homens de uma mesma classe. Em seus textos, como o notável “Mulher trabalhadora e mãe” (KOLLONTAI, 1977), o entendimento da opressão cruzada parece caminhar apenas numa direção. Ela mostra que a condição das mulheres é muito diferente, conforme a classe à qual pertencem, mas não cuida de observar como a condição dos trabalhadores também muda de acordo com seu gênero.

As elaborações do feminismo marxista dos anos 1970 e 1980, que buscam evitar tal limite, foram muitas vezes rotuladas como “teorias de sistemas duais”. O capitalismo e o patriarcado aparecem como dois sistemas distintos, mas que agem em conjunto na produção do mundo social. A ideia, em autoras como Heidi Hartmann (1979, 1997) ou Nancy Hartsock (1998), é mostrar que nenhum dos dois sistemas subsume o outro e, ao mesmo tempo, que eles não agem simplesmente em paralelo: os dois sistemas são interdependentes.

O rico debate que ocorreu na época revelou os muitos problemas destas elaborações teóricas (cf. YOUNG, 1981, 1990), a começar pelo fato de que “patriarcado” é um conceito com abrangência histórica muito maior do que “capitalismo”. De fato, o ponto de partida de Hartmann (1979) é o movimento de acomodação que o patriarcado tem que fazer no momento em que as relações de produção capitalistas emergem. Mas não é só uma questão de amplitude histórica. O conceito de capitalismo, na tradição marxista, é muito mais completo do que o conceito de patriarcado. As críticas aos sistemas duais apontam que, ao fundir uma tradição teórica perfeitamente estabelecida com um esforço ainda embrionário de construção conceitual, a corrente tendeu inevitavelmente (e apesar dos protestos em contrário) a um modelo em que o gênero não passa de um adendo a uma explicação que continua dependendo sobretudo da diferença de classe.

O marxismo é capaz de vincular, de forma muito persuasiva, as relações capitalistas de produção (e, em particular, a exploração do trabalho) aos múltiplos campos da vida social. A tradição feminista, por sua vez, demonstra com clareza como a dominação masculina se faz presente nas mais diferentes esferas, mas tem mais dificuldade para estabelecê-la como derivando de um único mecanismo. Há uma plasticidade da dominação masculina, que opera de diferentes formas em diferentes tempos e lugares, tornando mais complicado defini-la como um *sistema* equivalente ao capitalismo. E a busca de

um mecanismo único, como, por exemplo, as relações de trabalho domésticas indicadas por Delphy (2013), gera seus próprios problemas: se o casamento é a raiz da subordinação feminina, isso significa que as mulheres que não estão casadas não a sofrem?

O fato de que o patriarcado não surja da elaboração teórica como um sistema acabado não significa, evidentemente, que o capitalismo seja o único fator ou mesmo o fator mais determinante da produção do mundo social, mas coloca pedra no caminho das teorias duais. Também não significa que se possa olhar para o próprio funcionamento das relações capitalistas sem levar em conta o gênero. O marxismo tende a considerar que a exploração capitalista opera de maneira mais ou menos uniforme. As condições de vida dos trabalhadores são sensíveis, é claro, a determinantes de gênero, raça, colonialidade ou outros, mas a exploração propriamente dita, a extração de mais valia, seria um mecanismo padrão, que incidiria de forma indiferenciada sobre todos os grupos na força de trabalho assalariada. A percepção do imbricamento entre capitalismo e patriarcado, fossem ou não fossem “sistemas” distintos, pôs em xeque – de maneira definitiva – tal análise, mostrando como a situação da mulher trabalhadora possui peculiaridades em todas as etapas do processo de produção e de circulação de mercadorias. O homem operário do imaginário socialista do século XIX e primeira metade do século XX é apenas metade da classe trabalhadora.

Na obra das autoras que colaboraram para essas análises, as relações raciais não são suspensas como problema, mas ganham menor centralidade ou são assimiladas às de classe. De alguma maneira, não é desafiada a visão tradicional em boa parte do pensamento socialista, segundo a qual o racismo é um subproduto da dominação de classe, existindo como forma de impedir a solidariedade entre os dominados.

O destaque para a raça na produção da posição social relativa das mulheres viria do trabalho das feministas negras. Seu avanço

em termos de agenda e conceitualização das formas cruzadas de dominação, opressão e exploração veio, como destacou Danièle Kergoat (2010), do fato de esses estudos terem sido em muitos casos realizados por mulheres negras e, frequentemente, de origem popular – em um contraste com ambientes feministas de luta e de produção de conhecimento no qual predominavam largamente mulheres brancas (e alguns homens), com origem de classe privilegiada. As experiências dessas mulheres permitiriam, por exemplo, abordar as relações familiares e as relações de trabalho de uma perspectiva que não estava presente, ou não ganhava destaque, na produção das feministas brancas. São deslocamentos provocados pela irrupção da fala de quem foi colocada socialmente numa posição de ser falada e infantilizada (GONZALEZ, 1983 apud BAIRROS, 2000, p. 352) e, nesse sentido, são também disputas pela possibilidade de auto-definição (WERNECK, 2010, p. 15).

II.

Os avanços do feminismo negro a partir dos anos 1970 e as críticas às exclusões produzidas pela afirmação de um sujeito coletivo de luta aparentemente indiferenciado – “nós, mulheres” – produziram reflexões que são hoje incontornáveis para as lutas e as teorias feministas. Nessas abordagens, a raça ganha maior peso e a consideração conjunta do gênero, da classe e da raça organiza lutas e novos paradigmas para a produção do conhecimento sobre a posição das mulheres no mundo social. Como foi dito há pouco, embora não exista uma relação automática entre o destaque para a raça e o destaque para a classe, a origem popular de muitas das feministas negras levou a agendas e perspectivas que não apenas trouxeram novos aportes, mas modificaram o debate mais amplo por deslocar visões que se apresentavam como “gerais” na sua correspondência com as experiências “das mulheres”, mas estavam fundadas na vivência e na posição relacional de algumas mulheres.

Mulheres negras e trabalhadoras construíram a reflexão sobre sua própria condição, desafiando os modelos unilaterais. Ainda na primeira metade do século XX, dirigentes comunistas negras nos Estados Unidos desenvolveram um importante debate sobre a “tripla opressão” da trabalhadora negra, que culminou no estudo de Claudia Jones (1995). O fato de que tal acúmulo de discussão tenha em grande medida se perdido, com um hiato entre as investigações dos anos 1930 a 1950 e aquelas que surgirão décadas depois, mesmo nos próprios Estados Unidos, é por si só revelador da posição de subalternidade, das autoras como da temática, no debate acadêmico e político.

No Brasil, foi nos anos 1970 que se definiram, inicialmente no interior do movimento negro, coletivos que afirmavam a especificidade das mulheres negras⁵. Contaram com a presença de mulheres das classes populares e de mulheres negras de origem popular que conseguiram trilhar uma trajetória diferenciada pelo acesso à formação universitária (RATTS; RIOS, 2010). É o caso da socióloga Lélia Gonzalez, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado em 1978, que destacou ao mesmo tempo a importância do movimento negro na sua luta e os embates com o sexismo no movimento (GONZALEZ, 2000 apud RATTS, 2010, p. 4). Assim como nos movimentos e partidos de matiz socialista, as relações de gênero não estavam necessariamente colocadas como problemas legítimos nas lutas travadas nos movimentos negros.

⁵ Autoras que discutem os processos definidos como “afrodiáspora” e as relações que tomaram forma com a colonização da América, entre elas Werneck (2010) e Vergara Figueroa e Arboleda Hurtado (2014), localizam formas de organização política das mulheres negras desde o período da colonização, na resistência à escravidão. Werneck também situa a luta das mulheres negras no Brasil pós-colonial tomando como exemplo a fundação do primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas por Laudelina Campos Melo, que foi integrante da Frente Negra Brasileira e membro do Partido Comunista, em Santos, em 1936. Bernardino-Costa (2014, p. 76), por sua vez, destaca a atriz e trabalhadora doméstica Arinda Serafim, integrante do Teatro Experimental do Negro (TEN), nos anos 1950, na promoção do debate público sobre trabalho doméstico remunerado e estímulo para que as trabalhadoras buscassem treinamento para a ação política em defesa de seus direitos. O que está sendo aqui situado a partir dos anos 1970 é sua organização como coletivos feministas de mulheres negras que aliam luta e produção de conhecimento feminista e antirracista.

Tendo como ponto de partida um ambiente em que sua condição de mulheres negras não estava contida nem na agenda feminista nem na antirracista, colocava-se o desafio de produzir lutas e formas de conhecimento que não suspendessem sua vivência. De maneira bastante semelhante aos relatos feitos por autoras como Bell Hooks (1984) nos Estados Unidos no mesmo período, Gonzalez mencionava, para o caso brasileiro, as resistências a mulheres negras que assumiam sua própria fala, muitas vezes definidas como agressivas, “criadoras de caso” e divisionistas (BAIRROS, 2000). É também um isolamento dos conflitos e das lutas que pode estar em curso quando se traça a origem das reflexões sobre convergências e interseccionalidades em autoras ou artigos acadêmicos específicos, recusando-se legitimidade aos projetos coletivos de justiça social que foram gestados no feminismo negro, em um ambiente de produção de conhecimento que ainda não encontrava lugar e valorização na academia (COLLINS, 2015, p. 10)⁶.

Em análise produzida no ambiente estadunidense da segunda metade do século XX, Elizabeth Spelman (1988, p. 136) afirmava que “se todas as mulheres são definidas pelo gênero (*are gendered*), e são assim definidas em contraste com os homens, nada decorre desse fato isoladamente quanto ao que significa ser definida pelo gênero”. Assim, o entendimento do gênero como construção incorpora o fato de que identidades e posições sociais se definem relacionalmente, mas em relações que não estão restritas à dualidade feminino-masculino. Ainda segundo Spelman (1988, p. 134), “é apenas porque a branquitude (*whiteness*) é tomada como um dado que pode haver mesmo a aparência de que seria possível simplesmente distinguir as pessoas por serem mulheres e homens”. Ela aponta, aqui, um problema epistemológico e político de primeira ordem.

⁶ Vale ressaltar que a autora destaca a trajetória e produção de Angela Davis, assim como as reações negativas à sua obra, como exemplar dessa dinâmica).

Quando se considera que não há apenas *diferenças* entre as mulheres, mas relações de privilégio, torna-se difícil operar com o entendimento de que há alguma base comum a todas elas sem incorrer numa visão naturalista, ancorada no sexo biológico. Ao mesmo tempo, a ideia de que haveria uma solidariedade decorrente do fato de ser mulher em sociedades nas quais o sexismo implica desvantagens para elas e vantagens para eles esbarra nas hierarquias entre as mulheres, com as formas alternativas de solidariedade (e, novamente, privilégio) a que correspondem. Na compreensão do gênero como construção que não se produz isoladamente, mas em diferenciações que se definem racialmente, as mulheres brancas são situadas em “um polo de poder e de violência.” (WERNECK, 2010, p. 11).

A análise crítica das relações de privilégio inclui, assim, as hierarquias entre as mulheres, uma vez que “há muita evidência de que as identidades de raça e de classe criam diferenças em qualidade de vida, status social e estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum que as mulheres partilham.” (HOOKS, 1984, p. 4). Por isso, o gênero não poderia ser alçado a uma nova forma de universalidade, em que a posição da mulher negra, para citar Sueli Carneiro (2011, p. 121), apareceria “como subitem da questão geral da mulher”. Essa generalidade é justamente o que está sendo colocado em questão.

Nessa crítica, aparecem como problema a unidade das mulheres e a generalidade da sua experiência, como dito anteriormente, mas também os mecanismos e relações de poder que produzem a ideia de que as mulheres negras correspondem a um grupo homogêneo. Como disse Jurema Werneck (2010, p. 10), “as mulheres negras não existem”. A autora destaca que historicamente essa forma de identificação, que corresponde ao destaque de determinadas características, foi um dos efeitos da escravidão, da colonização e do racismo. O que fica evidente nessa análise é a tensão entre uma identificação que se produz nas relações de dominação e pelo olhar do dominador, apagando o que

define como um repertório diverso de identidades e de femininidades, assim como as resistências em que essas mulheres se constituem como agentes. Nessa agência, a confrontação com o racismo se estabelece como um elemento incontornável para fazer frente às formas de exploração, dominação e opressão que sofrem como mulheres negras.

O feminismo negro não suspende ou reduz o peso do gênero como categoria. Os problemas que uma análise das relações de gênero traz à tona são, no entanto, reposicionados. O sexismo, atualizado cotidianamente na forma da divisão sexual do trabalho e da dupla moral sexual, impacta *as mulheres*, mas as impacta de formas diferentes, em graus variáveis e com efeitos que precisam ser analisados contextualmente.

Os dados recentes sobre pobreza no Brasil (IPEA, 2014) servem de exemplo. Eles mostram que 57,8% dos homens e 59,1% das mulheres encontravam-se em 2013 na faixa da população em situação de extrema pobreza, de pobreza e de vulnerabilidade (em todos os casos, com renda domiciliar inferior a um salário mínimo⁷). Ainda que essa diferença de 1,3 ponto percentual seja significativa, a distância entre as mulheres brancas e as mulheres negras é bem mais acentuada, o que não permite que se conclua, a partir da posição *de gênero*, sobre a vulnerabilidade relativa *das mulheres* nesse quesito: entre as brancas, 45,9% estão em condição de extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade; entre as negras esse número chega a 70,9%. Assim, no que diz respeito à pobreza, mais mulheres do que homens se encontram nos estratos mais pobres da população, mas as mulheres negras estão numa posição mais próxima da dos homens negros (68,4% deles estão nessa condição) do que das mulheres brancas, que

⁷ São números baseados nos dados do Programa Brasil Sem Miséria, que trabalha com as seguintes variáveis e valores para o ano de 2013: extremamente pobres são indivíduos com renda domiciliar per capita de até R\$79,12; pobres são aqueles com renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 79,12 e menor que R\$ 158,24; vulneráveis têm renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 158,24 e menor que R\$678, valor do salário mínimo em 2013.

por sua vez têm uma posição mais próxima à dos homens brancos (44,9% deles estão nessa condição)⁸.

Esses dados parecem afastar a possibilidade de compreender a vulnerabilidade e a pobreza como questões femininas. Dito de outra forma, tanto a clivagem racial quanto a de gênero exercem efeitos na possibilidade de que um determinado indivíduo se encontre em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Uma não se sobrepõe à outra; retirar uma ou outra da análise significa perder parte significativa da descrição da realidade.

Os dados sobre renda e chefia familiar confirmam essa interpretação: a renda per capita média dos domicílios em que o chefe-de-família é homem é 12,3% maior do que a daqueles chefiados por mulheres, nesse caso sem desagregação por cor. Quando são observados apenas os domicílios chefiados por mulheres, a renda per capita média daqueles chefiados por mulheres brancas é 90% maior do que a daqueles chefiados por mulheres negras – e 66,8% maior do que a renda média per capita daqueles chefiados por homens negros. Isso não anula a diferença de gênero mesmo entre grupos racialmente homogêneos. Domicílios chefiados por homens brancos têm renda per capita média 10,7% superior à dos domicílios chefiados por mulheres brancas, em um paralelo com o que ocorre na população negra, onde os domicílios chefiados por homens negros têm renda média per capita 13,9% maior do que o daqueles chefiados por mulheres negras (IPEA, 2014).

Fica claro que não se pode tratar a diferença de renda como questão de gênero isoladamente. As desvantagens incidem sobre *determinadas mulheres* relativamente a *determinados homens*; gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam *mulheres negras* em posição de maior desvantagem.

⁸ Este parágrafo e os três que lhe são subsequentes retomam resumidamente a discussão apresentada em Biroli (2015b).

A convergência entre essas variáveis estabelece uma pirâmide na qual a base é formada por mulheres negras, com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos. As posições mais elevadas conjugam patamares superiores de rendimento médio e ocupações mais valorizadas (o que define posições que não se esgotam no salário recebido, desdobrando-se no acesso a espaços, contato, respeito).

Com todas as mudanças no acesso das mulheres ao mercado de trabalho e na configuração das ocupações, as mulheres recebem hoje em média 74% do rendimento médio dos homens (IBGE, 2014). Nos anos 2000, em que houve crescimento do acesso ao trabalho formal no Brasil, a incorporação de mulheres e homens não foi equânime: os homens se deslocaram do trabalho precário para o formal, enquanto cresceu o número de mulheres no contingente de trabalhadores sem carteira de trabalho (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 474). Quando se leva em consideração a raça, esse quadro fica mais complexo, com mais brancos do que negros no mercado formal e uma concentração maior das mulheres negras no informal⁹.

A ampliação do acesso das mulheres a profissões de maior reconhecimento e remuneração também se define em um contexto desigual de mobilidade. É desigualmente que as mulheres estiveram e estão no mercado de trabalho, ainda que mais mulheres sejam hoje profissionalizadas e o percentual de mulheres relativamente aos homens no mercado de trabalho tenha crescido no mundo todo. Para um grupo específico de mulheres, brancas e altamente escolarizadas, o acesso a carreiras em campos como a medicina, a arquitetura, a engenharia e o direito de fato redefiniu sua posição, ainda que continuem a receber menor remuneração média do que os homens nas mesmas profissões. Em outro pólo, estão mulheres que são em sua maioria negras, jovens e pouco escolarizadas: são as que exercem

⁹ Este parágrafo e o próximo retomam resumidamente discussão feita em Biroli (2015a).

trabalho doméstico remunerado, atividade em que, no caso brasileiro, muitas das primeiras se apoiaram para que se tornasse possível sua atividade profissional (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Além das relações de trabalho, outras temáticas da agenda feminista contemporânea são profundamente alteradas quando analisadas da perspectiva das mulheres negras. Fica evidente, por exemplo, o limite de concepções de família calcadas na vivência das mulheres brancas, como foi discutido por muitas autoras¹⁰. A crítica à ideologia burguesa acaba, em muitos casos, esbarrando em concepções do cotidiano da vida doméstica que só fazem sentido para um grupo determinado de mulheres, para quem os efeitos do sexismo e da divisão sexual do trabalho não estão conjugados aos do racismo e das desvantagens de classe. Também no debate sobre direitos reprodutivos, o direito ao aborto é complexificado quando têm voz mulheres que estiveram historicamente submetidas ao controle da sua capacidade reprodutiva por uma lógica racista que se expressou, por exemplo, em políticas de esterilização patrocinadas pelo Estado e/ou por fundações privadas. As histórias das mulheres negras expõem o direito à decisão sobre manter uma gravidez de modo que abrange também questões de justiça material. O predomínio das mulheres brancas teria, assim, produzido uma lacuna nas campanhas pelo direito ao aborto, dando poucas condições para a vocalização dos interesses das mulheres que querem “o *direito* ao aborto legal ao mesmo tempo que deploram as condições sociais que as proibiram de ter mais filhos” (DAVIS, 1983, p. 205-206).

A complexidade de hierarquias que não se esgotam no gênero expõe limites e contradições do feminismo como projeto transformador. Individualmente, o apoio a uma dada estrutura de poder pode permitir às mulheres galgar posições (HOOKS, 1984, p. 89). É algo que está

¹⁰ Há capítulos que tratam especificamente da família e da maternidade nessa perspectiva na obra de várias das autoras aqui citadas, entre elas Carneiro (2011), Collins (2009), Davis (1983) e Hooks (1984).

a seu alcance desigualmente, uma vez que as escolhas possíveis no próprio sistema as posicionam diferentemente na corrida pelos lugares estabelecidos de prestígio. Para a maior parte delas, a possibilidade de superar as condições atuais de exploração, dominação e opressão não está em igualar-se aos homens, mas em transformar as estruturas políticas e sociais – nas palavras de Hooks (1984, p. 94), “de modo que beneficiaria mulheres e homens igualmente”.

O horizonte de transformação que está colocado exige, nessa perspectiva, mais do que a superação do sexismo. Ao mesmo tempo, o enfrentamento do sexismo é limitado, como mostram essas análises, quando não se leva em conta que a “produção do gênero” se estabelece material e simbolicamente na intersecção entre gênero, classe e raça (BIROLI, 2015a).

III.

Hoje, em grande parte da literatura, é a noção de interseccionalidade que tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão. Ela foi desenvolvida a partir da década de 1980, nos trabalhos de feministas de língua inglesa, nos Estados Unidos e na Inglaterra (DENIS, 2008). Mesmo numa observação rápida da produção feminista nas áreas de Ciências Sociais, História, Psicologia e Educação, entre outras, é possível perceber seu impacto como paradigma – mas também a diversidade dos entendimentos e apropriações teóricas e metodológicas. No debate teórico e metodológico, convivem vertentes mais focadas na análise estrutural da opressão e das desigualdades e vertentes que enfatizam questões identitárias e se aproximam mais do debate pós-estruturalista (cf. o mapeamento feito por BILGE, 2009). Também vem havendo acúmulos em uma frente mais voltada para a orientação das lutas políticas e para a construção de políticas públicas, mas pode-

se entender que o debate que define e fortalece esse conceito se deu desde o início na interface entre produção acadêmica e luta política.

Patricia Hill Collins (2015, p. 5) propõe que o amplo conjunto dos estudos sobre interseccionalidade possa ser analisado como um projeto de conhecimento que se organiza como uma espécie de guarda-chuva, abrigando estudos motivados por diferentes problemas, socialmente localizados de forma diversa, em que estão presentes três preocupações principais: a interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas de conhecimento sobre o mundo social; e a interseccionalidade como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social. Para algumas autoras, a ideia de um campo de estudos especializado em um conteúdo que seria estável, que corresponderia à interseccionalidade, não é a mais adequada. Seria mais produtivo entender que se trata de um paradigma empírico e normativo que permitiria analisar questões de justiça distributiva, de ação política, poder e governo (HANCOCK, 2007, p. 249-50), o que aproximaria mais essa abordagem das preocupações da Ciência Política e de estudos que têm foco na justiça e no exercício de poder. São justamente as conexões entre desigualdades sociais e injustiças que, segundo Collins (2015, p. 14-15), têm atraído menor atenção, enquanto trabalho e identidades seriam os temas mais populares entre as pesquisas que se definem como interseccionais.

A amplitude desse conjunto de estudos pode ser vista como uma demonstração do potencial da interseccionalidade como aparato teórico e metodológico, mas também pode significar o enfraquecimento da sua capacidade explicativa, uma vez que vai sendo remoldado e ressignificado de modo que pode levar à perda do que está no cerne desse projeto de conhecimento (COLLINS, 2015, p. 6) ou, como nos

parece mais interessante definir, desse paradigma crítico. Em todos os casos, a heterogeneidade é reconhecida e não é, em si, motivo de preocupação. O que permitiria reconhecer esses estudos, mesmo em sua diversidade, segundo Collins (2015, p. 2), é que decorrem da percepção crítica de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas”.

A preocupação com a multiplicidade da opressão social não significa recusar o entendimento da efetividade específica de cada eixo de dominação. Por exemplo, a dominação masculina define obstáculos estruturais, institucionais e cotidianos à autonomia das mulheres, restringindo suas alternativas e reservando a elas posições desiguais relativamente aos homens. O ponto é que essas restrições não se definem da mesma forma, como dito anteriormente. Não é “como mulheres”, mas como mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, que sua posição relativa se constitui. Como os mecanismos de opressão que assim se organizam não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca Bell Hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras. Assim, a escalada de algumas mulheres a posições de maior remuneração e de comando na política ou no mundo empresarial, mantidas as hierarquias de raça e de classe, não corresponde a alterações nas vidas de tantas outras, nem anula a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas. Os padrões específicos da opressão de gênero sofridos cotidianamente por mulheres trabalhadoras, pobres e negras são pouco afetados pelo sucesso – que implica, sim, no enfrentamento de determinadas formas de sexismo – de algumas profissionais de nível superior, economicamente privilegiadas e brancas.

Como crítica e ação social, o feminismo abre mão de sua radicalidade, portanto, quando não enfrenta essas convergências e perde de vista o que Kimberle Crenshaw (2002, p. 179) procurou definir com a expressão “subordinação interseccional estrutural”, que representaria “uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade”. O ponto central nessa conceituação e na construção de uma agenda acadêmica a partir dela, algo em que Crenshaw teve um papel importante, é o entendimento de que as formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem somadas ou acopladas, em dinâmicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua co-presença.

Para recorrer à imagem conhecida de Crenshaw, de uma intersecção entre vias de trânsito, os indivíduos são o ponto em que diferentes opressões se cruzam: sua posição social é produzida nesse entrecruzamento. Assim, racismo e sexismo (mais destacados), mas também dominação de classe, operam juntos e conjuntamente restringem ou potencializam as trajetórias das pessoas. A noção de interseccionalidade permitiria compreender que os sistemas de dominação são múltiplos. Conjuntamente, “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas” das pessoas e constituem instituições e políticas que as afetam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Algumas abordagens destacam a importância de se articular metodológica e teoricamente o que vêm como duas dimensões da interseccionalidade, a dimensão da dominação e da opressão e a dimensão da identidade coletiva e da luta política (COLLINS, 2009; BERNARDINO-COSTA, 2014). Ao mesmo tempo que a dinâmica de opressão se define na convergência entre diferentes eixos, as formas

de resistência e de organização coletiva são ativadas por experiências que não permitem isolar gênero, classe e raça. Danièle Kergoat (2010), que opta por ressaltar os limites dos estudos da interseccionalidade, também chama a atenção para esse ponto ao propor a noção de “consustancialidade” como alternativa. Para ela, é necessário pensar os “regimes de poder” de forma que permita “recolocar no centro da análise o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes” (KERGOAT, 2010, p. 103). Sua crítica é ancorada no entendimento de que alguns aspectos das relações sociais são desconsiderados ou considerados de forma insuficiente. Em primeiro lugar, o peso relativo de cada eixo é variável e sempre se define contextualmente; em segundo, haveria uma tendência a fixar e tratar como estanques relações que são sempre dinâmicas; por fim, haveria em muitas análises uma sub-consideração das relações de classe. Como ela diz, “o cruzamento privilegiado é entre ‘raça’ e gênero, enquanto a referência à classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória” (KERGOAT, 2010, p. 99).

Sem citar Kergoat, Collins (2015, p. 13) apresenta uma resposta, criticando o fato de que no contexto europeu informado pelo pensamento marxista, raça e gênero teriam muitas vezes sido relegados a segundo plano e tratados como interferências indevidas. O problema principal, segundo a autora, é que nesse caso a raça é reduzida a questão localizada e os estudos *mainstream* que privilegiam classe, ou elevam a “interseccionalidade sem raça” ao status de abordagem preferencial, suspendem o racismo como problema.

É discutível se a *démarche* promovida por Kergoat de fato transforma raça (ou “origem”, como por vezes ela usa, adaptando a categoria ao contexto dos embates europeus sobre imigração) em mero adendo da clivagem de classe. Parece bem fundada, no entanto, sua percepção de que, no ambiente estadunidense (mas não só),

os estudos da interseccionalidade desinflam o peso da classe, que permanece como um pano de fundo distante. O recuo da centralidade da clivagem de classe, nas reflexões sobre as opressões cruzadas, está ligado, ao menos em parte, ao fato de que o projeto de uma sociedade pós-capitalista parece ainda mais distante hoje do que nos anos 1970. Ainda que seja assim, é um equívoco abandonar o tema. As diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento das assimetrias nas trajetórias das pessoas, colocando mulheres (e mesmo a população negra, mas em menor medida, pois a sobreposição entre classe e raça é bem maior) em posições diversas, por vezes até contraditórias entre si. E a compreensão de como gênero (e também raça) impacta as relações de produção é crucial para avançar na análise da sociedade capitalista, formando toda uma agenda de pesquisa cuja relevância é inegável, mas que permanece sub-explorada.

Em uma análise orientada pelo paradigma da interseccionalidade na qual as relações de classe e exploração têm centralidade conjuntamente com raça e gênero, Bernardino-Costa (2014) nos traz indicações também sobre a recusa ou afirmação da individualidade como um elemento importante da dominação, assim como das lutas coletivas. Como estruturas que definem padrões sociais, racismo, dominação de gênero e de classe podem posicionar as mulheres em relações nas quais sua individualidade e mesmo sua humanidade lhes são recusadas. Nas relações entre trabalhadoras domésticas e empregadoras dentro da casa, as opressões cruzadas diferenciam as mulheres, de modo que classe e raça constituem sua posição sem que, no entanto, as relações de gênero deixem de atuar e de lhes dar lugares que são distintos relativamente aos dos homens. No acesso aos sindicatos e na organização da luta política coletiva, essas trabalhadoras encontram a possibilidade de individualização. É na organização coletiva, ainda, que os padrões sociais das opressões cruzadas, reposicionados, fundamentam sua condição de agentes.

Os estudos da interseccionalidade parecem enfrentar frontalmente, e de modo produtivo em muitos casos, algo que atravessa as pesquisas situadas em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas: projetos de conhecimento não estão desconectados das vivências das pessoas, remetem a relações e processos sociológicos específicos. Organizam-se, assim, nas disputas pelo sentido assumido por essas vivências e incidem sobre elas.

Isso não significa, no entanto, uma defesa da redução do escopo das análises ao nível da individualidade. A compreensão de que múltiplos padrões de dominação impactam de forma diferente indivíduos diversamente situados no espaço social, de forma muito mais singularizada do que quando se trabalha com uma única clivagem, pode conduzir a uma armadilha. A multiplicidade de assimetrias relevantes parece individualizar as posições sociais, uma vez que a sobreposição de classe, gênero, raça, sexualidade, faixa etária, condição física etc. leva a situações quase únicas (cf. PHILLIPS, 1995). A consequência política disso é a percepção da impossibilidade da transformação da estrutura social, uma vez que as exclusões se definiriam por especificidades irrepetíveis e poderiam, no máximo, ser sanadas por políticas compensatórias também individualizadas (ROSANVALLON, 1995, 2011). Contra isso, é necessário frisar que as opressões *são estruturais* e o esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum.

IV.

Na sua caracterização do pensamento feminista negro nos Estados Unidos, Patricia Hill Collins discute a tensão entre a amplitude da vivência concreta dos problemas de que trata e sua marginalidade na produção do conhecimento. Citando suas palavras, esse pensamento:

[...] se ancora em paradigmas que enfatizam a importância das opressões interseccionais na formatação da matriz de dominação nos Estados Unidos. Mas a expressão desses temas não tem sido fácil porque as mulheres negras têm tido que lutar contra interpretações de mundo firmadas pelos homens brancos. Nesse contexto, o pensamento feminista negro pode ser melhor percebido como conhecimento subjugado (COLLINS, 2009, p. 269).

A noção de “conhecimento subjugado” permite sintetizar a discussão sobre a relação entre vivência, produção do conhecimento e luta política. É possível trabalhar com a hipótese de que, para as pessoas que as sofrem, as convergências e interseccionalidades não sejam veladas. Estruturando de forma central as experiências vividas, certamente impactam a maneira como essas pessoas veem o mundo que as cerca e seu lugar nelas. Há obstáculos, porém, para transformar tal percepção em reflexão teórica e em programa político, uma vez que o que a caracteriza é uma posição de múltipla subalternidade. A agenda das teóricas que discutimos neste texto é a superação de tais obstáculos.

Dados sócio-demográficos mostram que a posição social dos indivíduos é produzida pela combinação entre gênero, classe e raça. No acesso desigual a renda, ocupação e participação política, para tomar três exemplos nos quais as convergências são evidentes, as pessoas vivenciam uma condição que não é a de mulher/homem ou a de branca/negra ou a de trabalhador/proprietário, ou melhor dizendo, não é a vivência de *um componente* da sua identidade, mas de como um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza sua trajetória.

Tomemos o exemplo da maternidade. Sua vivência se dá em contextos bem definidos, é como mulher negra numa sociedade racista ou mulher branca numa sociedade racista que a maternidade se define, e não abstratamente. É como mulher que tem acesso a recursos

materiais e serviços para o cuidado de seus filhos quando procura acomodar trabalho e maternidade ou como mulher que esbarra na falta de creches sem ter substitutivos na forma de apoio público ou da renda de um familiar adulto para sustentar a si e aos filhos que uma mulher vive a maternidade. Se o ideal burguês moderno do amor e dedicação maternal (BADINTER, 1985) atravessa as classes sociais, a possibilidade de sua realização é restrita e os efeitos dos julgamentos nele ancorados são variáveis.

A partir de seu trabalho de campo sobre a construção da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil, já mencionado, Bernardino-Costa (2014, p. 78) nos oferece um outro exemplo de como essas relações são vivenciadas, embora sua tradução como agenda de luta e produção de conhecimento seja dificultada e em alguns contextos mesmo bloqueada pelas próprias relações nas quais as convergências entre gênero, classe e raça atuam para reduzir as oportunidades de muitas mulheres. Tratando da sua organização nos anos 1960 e, posteriormente, na redemocratização, nos anos 1980, ele chama a atenção para o fato de que, ainda que não tivessem formação que as permitisse familiaridade com os discursos dos movimentos, do movimento negro por exemplo¹¹, “a percepção das trabalhadoras domésticas de que a classe trabalhadora continha aspectos de raça e de gênero se torna evidente naquele momento histórico e, como consequência, a necessidade de formação de associações específicas das trabalhadoras domésticas”. Nessas associações, tomaria forma a luta pelos seus direitos, mas também a ressignificação de sua experiência.

Parece possível sustentar, assim, que a suspensão das formas múltiplas e conjugadas de opressão se dá, não na dimensão da

¹¹ O autor transcreve um depoimento de Creuza de Oliveira, fundadora do Sindicato das Domésticas da Bahia e presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em que ela relata seu primeiro contato com reuniões do Movimento Negro Unificado (MNU): “Era difícil para uma trabalhadora doméstica entender o que eles estavam dizendo. Eu sabia que seria difícil para mim, entender o que eles estavam dizendo, mas eu pensei: ‘a linguagem que eles usam é difícil e eu não entendo quase nada do que eles dizem, mas eu sei que tem a ver comigo porque eles estão falando das pessoas negras’” (BERNARDINO-COSTA, 2014, p. 78).

vivência de mulheres e homens, mas nas dimensões da produção do conhecimento e da luta política. As barreiras e as conexões entre as posições sociais concretas e esses dois níveis é que estão, portanto, em questão.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, ago. 2013.

BADINTER, Elizabeth. *O amor incerto: história do amor maternal do século XVII ao século XX*. Lisboa: Relógio D'Água, 1985.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez, 1935-1994. *Afroasia*, Salvador, n. 23, 2000.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Intersectionality and female domestic worker's unions in Brazil. *Women's Studies International Forum*, Oxford, n. 46, p. 72-80, 2014.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes Revue Internationale des Sciences Humaines*, Paris, n. 225, p. 158-76, 2009.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. *Paper...* Caxambu, 2015a.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 81-117, 2015b.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

- DAVIS, Angela. *Women, race, and class*. New York: Vintage Books, 1983.
- DELPHY, Christine. *L'ennemi principal*. 1. Économie politique du patriarcat. Paris: Syllepse, 2013
- DENIS, Ann. Intersectional analysis: a contribution of feminism to Sociology. *International Sociology*, London, v. 23, n. 5, p. 677-94, 2008.
- ENGELS, Friedrich *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente del feminismo negro em Colombia. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 78, p. 109-34, 2014.
- HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a normative and empirical paradigma. *Politics & Gender*, Cambridge, v. 2, n. 3, p. 248-54, 2007.
- HARTMANN, Heidi. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Ed.). *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. In: NICOLSON, Linda (Ed.). *The second wave: a reader in feminist theory*. New York: Routledge, 1997.
- HARTSOCK, Nancy C. M. *The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism*. In: HARDING, Sandra. *The feminist standpoint*. Boulder: Westview, 1998.
- HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.
- IPEA. *Retratos das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- JONES, Claudia. An end to the neglect of the problems of the Negro woman! In: BEVERLY, Guy-Sheftall (Ed.). *Words of fire: an anthology of African-American feminist thought*. New York: The New Press, 1995.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, n. 86, p. 93-103, São Paulo, 2010.
- KOLLONTAI, Alexandra. Working woman and mother, em *Selected writings*. New York: Norton, 1977.

- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MITCHELL, Juliet. *Psychoanalysis and feminism: Freud, Reich, Laing, and women*. New York: Pantheon Books, 1974.
- PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminism na trajetória de Lélia Gonzales. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale: repenser l'État-providence*. Paris: Seuil, 1995.
- ROSANVALLON, Pierre. *La société des égaux*. Paris: Seuil, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SPELMAN, Elizabeth. *Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought*. Boston: Beacon Press, 1988.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro v. 1, n. 1; p. 8-17, 2010.
- YOUNG, Iris Marion. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Linda (Ed.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage between feminism and Marxism*. Boston: South End Press, 1981.
- YOUNG, Iris Marion. Socialist feminism and the limits of dual systems theory. In: YOUNG, Iris Marion. *Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy and social theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.